



**NOVA  
FRIBURGO**  
PREFEITURA

PROCURADORIA GERAL  
DO MUNICÍPIO

PROCESSO N° 20286

DIA 19/08/22

Rubrica 10

Processo: 20826/2022

Recorrente: MMX Soluções Ambientais Ltda.

Recorrida: Senhor dos Cupins Ltda.

Assunto: Recurso - Edital de Licitação - Pregão Eletrônico n. 122 de 2021 - Processo Licitatório n. 6964/2020

Ao Ilmo. Sr. Dr. Procurador;

Trata-se de recurso apresentado pela empresa recorrente acerca do resultado do julgamento do Pregão Eletrônico n. 122 de 2021 - Processo Licitatório n. 6964/2020, que tem por objeto licitar a melhor proposta para contratação de empresa especializada em serviços de dedetização para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde pelo período de 12 (doze) meses.

Inicialmente, é importante destacar que o procedimento foi recepcionado por esta assessoria jurídica em 17 de agosto de 2022.

Em suma, a empresa alega em sua peça recursal (fls. 04/06) que o pregão ocorreu em meio a inúmeras contradições em relação à apresentação de lances durante a sessão pública, tendo em vista a divergência entre os itens 9.2.1 e 12.7 que estabeleceram como critério de julgamento o menor preço unitário por item e o subitem 11.5 que estabeleceu o de menor preço global.

Afirma que 4 empresas cadastraram o valor global e 1 o valor unitário e, devido à disparidade de preços, deveria ter sido desclassificada a proposta da recorrida, atitude não executada pelo Pregoeiro, que se absteve do fato e deu continuidade ao certame, abrindo a fase de lances, em afronta ao item 11.2 do edital.

Afirma, ainda, que a disputa foi frustrada a partir do momento em que houve a aceitação de preços distintos e digressivos entre si, havendo prejuízo das ofertas em virtude do vício existente, bem como que foi constatado o erro, tendo a Comissão se reunido e achado melhor seguir o certame de uma forma não descrita no edital, tendo sido desclassificadas a primeira e a segunda colocada que lançaram seus preços no valor unitário e chamada a terceira colocada que lançou o item com o menor preço global.

Por fim, requer a declaração de nulidade ou a anulação da decisão da Comissão de Pregão no que tange à aceitação da proposta/habilitação da empresa recorrida, restabelecendo-se a fase de lances, possibilitando a todos que deem seus lances com o menor valor unitário da proposta e, caso não seja possível, a revogação do processo licitatório em decorrência das falhas insanáveis apontadas.

A recorrida apresentou suas contrarrazões às fls. 07/08, afirmando que não vislumbra nenhum divergência ou dificuldade de interpretação entre os itens 9.2.1 e 11.5, pois ambos se referem a um único item pelo período de 12 (doze) meses, ou seja, valor unitário e global, tampouco em relação ao item 12.7, pois *"se refere ao valor ofertado dos lances, sendo considerado o menor preço unitário por item"*, uma vez que tem-se um único item em disputa, logo, *"as propostas e os lances devem ser unitário e global"*, requerendo, ao final, a improcedência do recurso.

A Comissão de Pregão III, em manifestação de fls. 09, limitou-se a encaminhar os autos à Procuradoria-Geral para pronunciamento de ordem jurídica.

É o relatório.





Preliminarmente, vale alertar que cabe ao Pregoeiro responder os recursos, na forma do art. 109, §4º da Lei 8.666/93:

§ 4º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

Ou seja, o recurso deverá ser dirigido à autoridade competente (que nomeou o pregoeiro), por intermédio de quem praticou o ato recorrido (pregoeiro). Portanto, o pregoeiro, ao receber o recurso e sendo o mesmo conhecido, poderá julgá-lo procedente - ocasião na qual irá alterar a sua decisão, exercendo o juízo de retratação - ou improcedente - quando irá manter sua decisão, fundamentando-a, devendo, neste caso, remetê-lo à autoridade superior, devidamente informado, no prazo de cinco dias.

O Decreto Federal n. 10.024/19, que regulamenta a licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, assim dispõe sobre a matéria:

**“Art. 13. Caberá à autoridade competente, de acordo com as atribuições previstas no regimento ou no estatuto do órgão ou da entidade promotora da licitação:**

[...]

**IV - decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão;”**

Como se pode ver, cabe à autoridade superior competente decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão.

Em pesquisa acerca da matéria, depreende-se que a autoridade que designou o pregoeiro é que detém competência para julgar o mérito dos recursos interpostos, que, no caso em tela, é a Secretaria de Saúde, motivo pelo qual a esta especializada cabe apenas opinar juridicamente acerca do recurso.

Isso porque as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, modalidade, requisitos e avaliação do preço estimado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais que melhor se adequam ao objeto licitado, bastando que estejam dentro da legalidade.

Por sua vez, o subitem 24.8 do edital assim dispõe:

*“Os recursos e as contrarrazões serão dirigidos ao Gestor da Secretaria Municipal de Saúde, que decidirá de forma fundamentada, após manifestação motivada do Pregoeiro.”.*

Portanto, cabe ao Pregoeiro se manifestar de forma motivada acerca do recurso, após o que Secretaria Requisitante decide o recurso, caso o Pregoeiro mantenha a sua decisão.





Ademais, cabe ao Pregoeiro o julgamento das propostas e documentos de habilitação. O art. 51 da Lei de Licitações e Contratos define as atribuições das comissões de licitação, sejam elas permanentes ou especiais, da seguinte forma:

*Art. 51. A habilitação preliminar, a inscrição em registro cadastral, a sua alteração ou cancelamento, e as propostas serão processadas e julgadas por comissão permanente ou especial de, no mínimo, 3 (três) membros, sendo pelo menos 2 (dois) deles servidores qualificados pertencentes aos quadros permanentes dos órgãos da Administração responsáveis pela licitação.*

*§ 1º No caso de convite, a Comissão de licitação, excepcionalmente, nas pequenas unidades administrativas e em face da exigüidade de pessoal disponível, poderá ser substituída por servidor formalmente designado pela autoridade competente.*

*§ 2º A Comissão para julgamento dos pedidos de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento, será integrada por profissionais legalmente habilitados no caso de obras, serviços ou aquisição de equipamentos.*

*§ 3º Os membros das Comissões de licitação responderão solidariamente por todos os atos praticados pela Comissão, salvo se posição individual divergente estiver devidamente fundamentada e registrada em ata lavrada na reunião em que tiver sido tomada a decisão.*

*§ 4º A investidura dos membros das Comissões permanentes não excederá a 1 (um) ano, vedada a recondução da totalidade de seus membros para a mesma comissão no período subsequente.*

*§ 5º No caso de concurso, o julgamento será feito por uma comissão especial integrada por pessoas de reputação ilibada e reconhecido conhecimento da matéria em exame, servidores públicos ou não.*

Convém reproduzir as lições de Jair Eduardo Santana<sup>1</sup>, que explica o papel do pregoeiro e suas responsabilidades:

*“Os papéis do pregoeiro e da autoridade superior estão bem delineados na Lei nº 10.520/02. Mencionada legislação define os papéis de um ou de outro ator, inexistindo dúvida, por exemplo, que as atribuições relativas à realização do certame, à necessidade do objeto e à própria homologação sejam da autoridade superior. Por outro lado é também inconteste que a condução da sessão de pregão, a decisão quanto à habilitação e o acolhimento de recursos, por exemplo, sejam atribuições do pregoeiro”.*

Portanto, conclui-se que incumbe ao Pregoeiro decidir sobre o julgamento das propostas e habilitação preliminar dos interessados em participar de cada certame, na forma disposta nos arts. 27 a 31 e 43 da Lei n. 8.666/1993.

No caso em exame, a Comissão de Pregão não se manifestou motivadamente acerca do recurso, sendo que, conforme exaustivamente narrado, é de sua competência a análise do julgamento das propostas das licitantes.

<sup>1</sup> SANTANA, Jair Eduardo. Pregão Presencial e Eletrônico: manual de implantação, operacionalização e controle. 2. ed., rev. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2008, pp. 131 a 183.





Tampouco suscitou qualquer dúvida jurídica a ser esclarecida por esta Procuradoria-Geral.

Com efeito, salvo melhor juízo, há divergência entre o subitem 11.5, que dispõe que como critério de julgamento das propostas será adotado o de menor preço global e o subitem 12.7, que dispõe que para fins de apresentação dos lances durante a sessão pública da licitação, o valor a ser considerado é o de menor preço unitário por item, o que deve ser avaliado pela Comissão de Pregão, em obediência aos arts. 44 e 45 da Lei n. 8.666/93, tendo em vista que na sessão de julgamento 2 empresas apresentaram propostas com lances pelo valor unitário e as demais apresentaram suas propostas com lance pelo valor global.

Pelo exposto, opina-se pelo retorno dos autos à Comissão de Pregão III para ciência e manifestação sobre o recurso (e/ou suscitar dúvida sobre qual questão jurídica pretende obter orientação), após o que deverá emitir sua decisão e, caso mantenha a sua decisão pela habilitação da recorrida e prosseguimento do certame, deverá encaminhar os autos à Secretaria de Saúde para ciência e decisão final.

Ressalta-se que o opinamento desta Procuradoria Geral, órgão com atribuição de consultoria e assessoramento jurídico do Poder Executivo Municipal, na forma do art. 206, da Lei Orgânica do Município de Nova Friburgo, Lei Municipal n. 4.637/18, restringe-se apenas à análise das questões jurídicas relacionadas ao tema sob consulta, à medida em que a análise de questões de ordem técnica ou decisões inerentes à discricionariedade do administrador público, incumbe, exclusivamente, à área técnica e à secretaria requisitante, que poderá decidir de forma diversa, desde que devidamente justificada, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, *sub censura*, podendo acolhê-lo ou rejeitá-lo liminarmente.

Nova Friburgo, 17 de agosto de 2022.

Layne de Andrade Alves  
Assessora de Nível Superior II Jurídico II  
Subprocuradoria de Processos Administrativos  
Matr. 62.773

  
João Paulo Figueiró  
PROCURADOR GERAL  
PMNF-MATR. 1.1.1